



Este Blog assinala o aniversário da implantação da República recuperando um texto meu publicado em 1994, no livro *“Arquivo Histórico Municipal de Alfândega da Fé”* (edição da Câmara Municipal) ao qual acrescentei agora duas ou três referências novas, que servirão mais tarde para uma reformulação mais alargada deste breve relato sobre a proclamação da República neste concelho do interior nordestino.

Tal como aconteceu em muitos outros locais do país, em Alfândega da Fé a divulgação das ideias republicanas verificou-se muito antes de 1910 podendo, inclusive, considerar-se que já nas manifestações a favor da restauração do concelho (1895 a 1898) estes ideais estiveram presentes no pensamento de alguns dos protagonistas desses episódios, sobretudo de Ricardo Raphael d'Almeida, uma das figuras locais que assinam o *“Auto de Proclamação da República”* neste concelho.

De facto, os ideais republicanos acabaram por ganhar corpo em 1908, com a fundação da primeira Comissão Municipal Republicana, iniciativa do jovem Joaquim Cândido de Mendonça, que foi seu presidente e da qual fizeram parte Simão Machuca, Artur de Magalhães, Inácio Baptista, Viriato Pessoa, Camilo Correia, Alfredo Morais, João Francisco, António Rego e António Abreu (1).

Mais adiante transcrevemos integralmente o *“Auto de Proclamação da República Portuguesa”*, efectuado em Alfândega da Fé. As fotos 1 e 2 referem-se à transcrição desse Auto no livro de actas das sessões da Câmara.

O número de subscritores deste auto demonstra que, por questões tácticas, ou por convicção, os ideais republicanos tinham grande aceitação nos políticos locais.

Da análise que pudemos efectuar ressalta a constatação de que esta adesão teve reflexos positivos na vida municipal, pelo menos no início do período republicano.



*do corrente mez que proclamou a dita República."* (3)

Seguem-se as seguintes assinaturas: Simão Machuca; Viriato da Costa Pessoa; Ignácio Baptista; Arthur de Magalhaes; Camilo Augusto Correia, Afonso Brandão Leite Pereira Cardoso de Menezes (recebedor); António Manuel d'Azevedo Costa (1º substituto do Juíz de Direito); Carolino Augusto Trigo; Bernardino Arthur de Magalhaes; Norberto Augusto de Carvalho; Ricardo Raphael d'Almeida; Thomaz da Costa Pessoa; António Manuel de Carvalho e Castro (escrivão de direito); Leopoldo José d'Azevedo; Accácio Augusto da Fonseca; Joaquim Manuel Pires (2º aspirante de Fazenda); António Baptista Azevedo; Manuel António do Rego; Daniel Maria Cardoso; João Bernardino Ferreira; António Fonseca Pimentel; Alfredo Augusto de Faria (escrivão de direito); Álvaro José Pires (negociante); António Francisco de Castro; Abel Maria Cardoso (solicitador); João Pedro de Souza Sarmiento (escrivão da Câmara); Mário Arthur de Novaes Ferreira Sá (amanuense da Câmara); Francisco de Assis Ferreira; José António d'Oliveira Moraes; Luiz Manoel da Costa Pessoa (2º comandante da armada nº 53451); Norberto Augusto Martins; Luciano da Purificação Silva; José Luís Franco; João de Deus Martins; Francisco d'Assis Teixeira d'Araújo; João Baptista Pessoa Amaral; António Manoel Trigo; António José da Silva; Alexandre José Martins; António Manuel de Sá; António Francisco Villares; Mathias Dias da Silva; Ignácio Salgueiro; Francisco Maria Cordeiro; Joaquim António d'Araújo.

Convém acrescentar que este texto não é o original, mas uma cópia lançada no livro de actas, o que de resto se identifica, quando se escreve *"Está conforme. Alfândega da Fé e secretaria da Câmara Municipal, 18 de Outubro de 1910. O secretário da Câmara João Pedro de Sousa Sarmiento"* , justificando-se assim a diferença entre a data de abertura do auto e esta última.

Segundo se escreve na acta da sessão de 17 de Outubro, deliberou-se trasladar o texto original para o livro de actas *"porque constitui um facto histórico e de suma importância"*.

Na mesma sessão determinou-se ainda que *"o original se guardasse convenientemente no arquivo d'esta Câmara"* , mas até hoje esse documento nunca mais foi encontrado. Esperemos que ainda ande *"perdido"* em algum livro do Arquivo Histórico Municipal.

Refira-se ainda que, a avaliar pelo que se diz nas actas destes primeiros dias da República,

aquele Auto de Proclamação deve ter juntado uma parte significativa da população do concelho junto à Câmara Municipal, que já ficava na actual Praça do Município, embora o edifício fosse diferente do actual.

Simão Machuca foi o primeiro subscritor do “*Auto de Proclamação da República Portuguesa*” pelo facto de ser já o presidente da Comissão Municipal Republicana, que depois passou a Comissão Municipal Administrativa Republicana, encarregando-se dos assuntos da Câmara Municipal até às primeiras eleições. Seria depois Presidente da Câmara Municipal durante quase todo o tempo de duração da 1ª República (até 1923 só em 1919 foi substituído por Alípio José Santiago, personalidade que voltaria a ocupar o cargo entre 1923 e 1926). Trata-se, de facto, de uma figura marcante do republicanismo Alfandeguense que importa estudar com mais atenção, uma vez que até hoje pouco ou nada se disse deste homem. Seguramente que naquele dia 9 de Outubro foi um dos políticos locais que falou ao povo presente. Infelizmente parece não ter ficado nenhum registo ou texto acerca destes discursos.



## **SOBRES AS FOTOGRAFIAS QUE SE APRESENTAM**

Estas são as fotos mais antigas que conheço mostrando uma parte da actual Praça do Município e mesmo assim já devem ser de finais dos anos 10, ou início dos anos 20 do século passado.

Na primeira foto, do lado esquerdo, vê-se em primeiro plano um edifício que na altura servia apenas de Tribunal. Depois de ser ampliado já nos anos 30, passou a ser a Câmara Municipal, embora o Tribunal ali se mantivesse, como ainda hoje acontece. Do mesmo lado, em segundo plano, vê-se um outro edifício, conhecido por "Casa Grande".



Alfândega da Fé - Tribunal e um trecho da Praça.

A segunda foto foi retirada de um postal mais ou menos da mesma época e retrata um dia de feira, como a legenda indica. O edifício que se vê do lado esquerdo é o mesmo da primeira foto, mas agora de frente, permitindo observar que efectivamente ainda não tinha sido alterado e ampliado.



Simão Machuca, como se disse, foi o primeiro presidente republicano da Câmara Municipal e quase o único.

Nesta foto, a única que se conhece desta figura allfandeguense, está com familiares, na Casa Ochôa, em Santa Justa (primeiro a contar da direita).

### **Notas:**

1 -João Baptista Vilarés, "Monografia do Concelho de Alfândega da Fé", edição da Câmara Municipal, Porto, 1926, pág. 150.

2 -Arquivo Histórico Municipal, livro de actas das sessões da Câmara, 1909-1914, nº 17 (sessão de 20/10/1910).

3 -Idem, livro de actas das sessões da Câmara, 1909-1914, nº 17.

F. Lopes, 5 de Outubro de 2007